

A Comissão do Vale do São Francisco¹

— Objetivos e Realizações

SALOMÃO SEREBRENICK

Chefe da Divisão de Estudos e Projetos
da Comissão do Vale do São Francisco

I — HISTÓRICO

No decurso dos séculos XVI e XVII, o rio São Francisco desempenhou papel importante no desbravamento do território brasileiro. As “entradas” pernambucanas e baianas e depois as “bandeiras” paulistas tiveram como linha de apoio aquele rio.

Entretanto, as dificuldades do meio e alguns desníveis mais pronunciados do rio não permitiram ocupação ponderável do vale, sobretudo na sua parte média, entre Pirapora e Paulo Afonso, onde perdurou o vazio populacional.

Era, porém, patente a função de consolidador da unidade nacional que o destino reservara ao grande rio, graças à sua posição geográfica. Houve, por isso, durante os últimos 100 anos, várias tentativas governamentais no sentido de realizar o melhoramento e o aproveitamento do São Francisco.

Cabe citar: a designação do Eng.^o HALFELD, pelo imperador PEDRO II, em 1852, para exploração e levantamento do rio, de Pirapora até o oceano; a visita do próprio imperador, em 1859, à região do Baixo São Francisco e da cachoeira de Paulo Afonso; a série de comissões designadas para promoverem o melhoramento da navegação (em 1861, 1868, 1879 e 1883); e, depois de 1930, os programas do Ministério da Viação, de melhoria das condições de navegabilidade, e as providências do Ministério da Agricultura para fomento da produção (Núcleo Colonial de Petrolândia) e para aproveitamentos hidrelétricos (organização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

* *

Tratava-se, aí, porém, de tentativas e ensaios fragmentários e desprovidos de qualquer planejamento.

Aos constituintes de 1946 é que coube a iniciativa de impulsionar racionalmente o desenvolvimento do vale. Não lhes escapou a importância que o preenchimento do vácuo entre as civilizações do Sul e do Norte teria, não só para o próprio vale — já por si vastíssimo — como para as restantes regiões do país, que se alinham na sua periferia.

Efetivamente, o vale do São Francisco, região de imensa potencialidade, que cobre nada menos de 630 000 quilômetros quadrados, pertencentes a 6 estados, e que representa, sob diversos aspectos, uma das maiores riquezas do Brasil, ocupa uma posição central entre o Sul e o Norte do país, bem como entre o litoral leste e o Brasil Central; representa, pois, uma área de contacto entre os estados centro-meridionais e os do Nordeste, ao mesmo tempo que uma excelente base de expansão demográfica em direção ao Brasil Central.

O clima relativamente favorável para as condições de vida; a existência de um grande rio e muitos afluentes, que podem servir como artérias de comércio, como grandes produtores de energia elétrica e como fonte ideal para abastecimento público e industrial de água, bem como para extensa e perene irrigação;

¹ Este anexo faz parte da conferência que o autor pronunciou no dia 30-10-1959 no Curso de Planejamentos Regionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (SRRG).

a boa qualidade de grande parte dos seus solos e a riqueza em jazidas minerais são características seguras das importantes funções que poderia desempenhar a bacia sanfranciscana, desde que racionalmente desenvolvidos os seus recursos e criadas condições propícias à saúde do povo.

* *

Foram êsses os fatores principais que levaram os constituintes de 1946 a incluir na Carta Magna o dispositivo (Art. 29 do ADCT) que determina a aplicação, durante 20 anos, de pelo menos 1% da renda tributária da União no estudo e na execução de um "plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes".

Havia ainda condições coadjuvantes: o exemplo recente da segunda guerra, com a necessidade de transporte de tropas pelo São Francisco e, ainda, o moderno movimento, generalizado no mundo, no sentido de ajuda a áreas subdesenvolvidas: seria, então, de fato um não-senso que países adiantados oferecessem ajuda a outros países, retardados, às vezes muito distantes, e que, ao mesmo tempo, dentro do nosso país, não se procurasse estabelecer o necessário equilíbrio entre as suas regiões mais prósperas e as mais atrasadas.

* *

Dois anos mais tarde, pela lei n.º 541, de 5-12-48, foi criado um órgão especial — a Comissão do Vale do São Francisco — com a atribuição de elaborar e executar o Plano do São Francisco.

É lícito afirmar que a Comissão do Vale do São Francisco é o mais genuíno — e sob certos aspectos o único — órgão de planejamento regional do Brasil.

II — POLÍTICA DE AÇÃO DA CVSF

A meta final do enorme e complexo plano de atividades da Comissão do Vale do São Francisco — por assim dizer, a sua finalidade moral — é criar na região fatores propícios à permanência e desenvolvimento da sua população, em condições de vida progressivamente melhores.

Para alcançar tal objetivo, os legisladores, em vez de cometerem ao novo órgãos apenas as atividades essenciais para o soerguimento econômico do vale — aquelas que, em virtude de sua envergadura e natureza especial, não pudessem ser realizadas com a necessária rapidez pelos métodos rotineiros dos outros órgãos governamentais — hipertrofiaram o campo de ação da Comissão do Vale do São Francisco, atribuindo-lhe um rol de atividades de extensão exagerada, e que somente se compreenderia se a intenção fôsse a de substituir pela Comissão toda a estrutura governamental que vinha atuando no vale — federal, estadual e mesmo municipal.

Efetivamente, o complexo de problemas e tarefas, confiado à Comissão do Vale do São Francisco, percorre toda uma gama, indo desde a construção de obras portuárias, de grandes barragens de regularização e usinas hidrelétricas, de sistemas de irrigação e recuperação de várzeas em larga escala, de extensa rede de estradas de rodagem, e de organização do tráfego fluvial, até a instalação e manutenção de um vasto conjunto de hospitais, a profilaxia de endemias, o saneamento urbano e a execução de trabalhos educacionais, passando pelo variado setor do fomento da produção agrícola, pecuária e industrial, inclusive imigração e colonização.

Essa distensão programática operada pelos legisladores é de todo procedente quanto à sua finalidade, qual a de apressar o desenvolvimento multi-forme da região. Tal critério eclético, que inclui uma "grande política de pequenos serviços", ao lado das obras fundamentais, assim beneficiando de logo e diretamente pequenos grupos humanos, disseminados ao longo do vale, é realmente de molde a despertar a confiança das suas populações na obra empreendida em seu favor.



Fig. 1

Entretanto, os referidos legisladores não levaram na devida conta a exigüidade do prazo fixo, de 20 anos, imposto à CVSF, bem assim a pequenez dos recursos — 1% — adjudicados ao plano. Um e outro — prazo e dotação — afiguram-se de todo desproporcionais em face da magnitude do plano a realizar.

Em resultado desse precário equacionamento do problema, a Comissão do Vale do São Francisco, colhida entre as inexoráveis tenazes de prazo e dotação, fixos e insuficientes, viu-se diante do dilema de ou se concentrar nos grandes empreendimentos fundamentais e, ao mesmo tempo, limitar-se, nos outros setores, apenas a coordenar as atividades dos vários órgãos federais, estaduais e

municipais, de modo a harmonizá-las e adaptá-las ao planejamento elaborado para a recuperação econômica da bacia do São Francisco, ou, então, tomar a seu cargo todos os empreendimentos, quer os menores, porém de efeitos palpáveis imediatos, quer os grandes, de caráter fundamental, porém de repercussão remota.

Circunstâncias diversas — entre elas o retraimento dos órgãos federais que vinham atuando no vale e a intensa postulação por parte das prefeituras no sentido de a CVSF resolver os seus mais importantes problemas municipais — levaram a Comissão a optar pela segunda alternativa.

Embora, com tal solução, se atrasasse indubitavelmente a conclusão de algumas grandes obras (possivelmente a grande irrigação e a navegação em alguns trechos), é certo que, em compensação, resultaram e continuarão resultando inúmeros benefícios imediatos, já sendo irrefutável a existência de sinais expressivos que traduzem o progresso iminente da região e a simultânea fixação das populações, graças aos serviços já realizados ou em via de execução e concernentes à instalação de água nos 250 municípios do vale; à erradicação de endemias e à assistência médica prestada em 67 hospitais e postos de saúde; à construção de cerca de 1300 quilômetros de estradas; à instalação de algumas dezenas de usinas elétricas menores; e à disseminação de residências agrícolas, postos de veterinária, núcleos de colonização e postos de irrigação.

III — PROGRAMA DE TRABALHOS DA CVSF

De acordo com a sistemática adotada pela Comissão do Vale do São Francisco, as suas atividades, que abarcam mais de 30 setores, são agrupadas em 8 itens:

- | | |
|--|--------------------------------|
| 1 — Estudos Gerais e Levantamentos — (base racional) | |
| 2 — Regularização Fluvial | } — (infra-estrutura material) |
| 3 — Energia | |
| 4 — Transportes | |
| 5 — Irrigação e Drenagem | |
| 6 — Saúde | } — (infra-estrutura social) |
| 7 — Desenvolvimento Cultural | |
| 8 — Desenvolvimento da Produção — (desenvolvimento econômico p.d.) | |

O item 1 objetiva dar base racional e científica aos “planos”, projetos de obras e programas de serviços, empreendidos pela Comissão; os itens 2 a 5 visam à execução de “obras e serviços básicos”, ou seja à criação de fatores que permitam o desenvolvimento da produção e de sua circulação; os itens 6 e 7 visam à “recuperação do homem”, elevando o seu nível de vida e preparando-o para cooperar na execução das obras básicas e para receber os benefícios delas decorrentes; e o item 8 tem em mira o “desenvolvimento econômico” propriamente dito da região.

1 — ESTUDOS GERAIS E LEVANTAMENTOS

Em complemento aos estudos, inquéritos e levantamentos, procedidos no vale quando da elaboração do Plano Geral de Aproveitamento Econômico da Bacia do São Francisco, vem a Comissão realizando continuamente novos estudos e pesquisas, seja de caráter geral seja para fins específicos, no sentido de fundamentar a feitura de projetos de obras e programas de serviços, bem como controlar a contribuição dos mesmos para o progresso da região.

Os principais estudos compreendem: aerofotogrametria; cartografia; hidrologia; batimetria; reconhecimento dos afluentes do São Francisco; planejamentos para navegação; reconhecimento de ocorrências minerais; reflorestamento; pedologia; e planejamento da economia do vale.

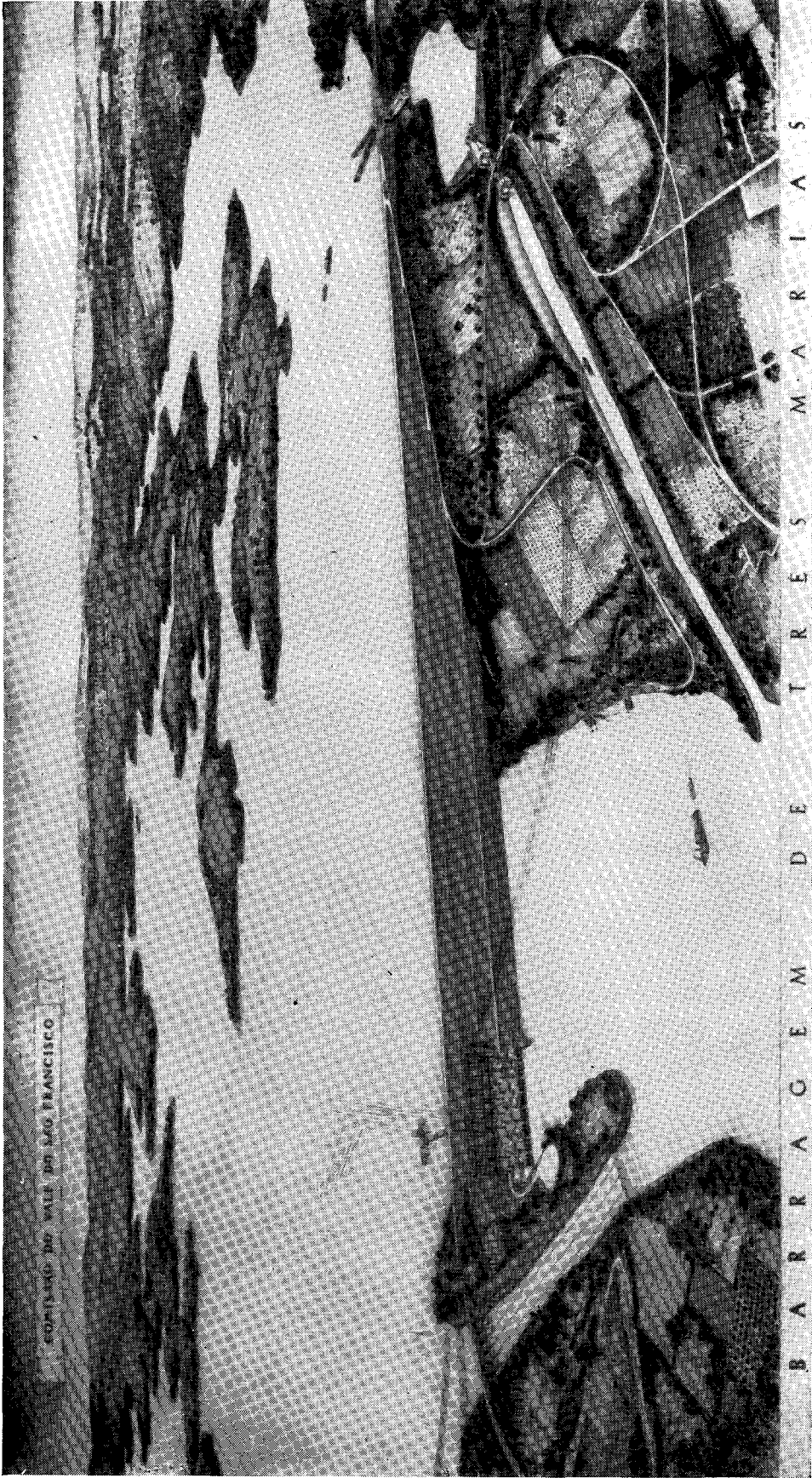


Fig. 2 — Barragem de Três Marias (perspectiva).

2 — REGULARIZAÇÃO FLUVIAL

A ampla análise procedida pela Comissão do Vale do São Francisco, relativamente aos problemas vitais dessa bacia e aos meios mais indicados para sua solução, conduziu à conclusão irretorquível de que o setor de importância fundamental para a valorização econômica da vasta região era o do “domínio da água”, o seu contróle, ou seja “a regularização do regime fluvial”.

Efetivamente, a eliminação das grandes enchentes foi considerada como condição fundamental para o progresso da vida urbana e rural, nas margens do São Francisco. Sendo essencial para a criação de centros de atividade industrial, para o aproveitamento agrícola das imensas vazantes e para o saneamento das áreas marginais, a regularização do regime hidrológico do rio, por meio de grandes represamentos, concorreria ainda para uma substancial melhoria das condições de navegabilidade nos períodos de estiagem, daria origem a grandes fontes de energia hidrelétrica, permitiria a irrigação controlada de largas áreas, além de atenuar a erosão e reduzir os entulhamentos do rio.

Em resumo, portanto, a regularização do regime fluvial do São Francisco, graças aos seus múltiplos e decisivos reflexos, não somente suprimiria o mais forte fator de inibição ao progresso do vale, constituído pelas enchentes periódicas, como permitiria criar em larga escala condições favoráveis à atividade humana.

*

* *

Após exaustivos estudos em torno da quantidade, porte e melhor localização dos reservatórios de acumulação destinados à regularização do regime fluvial do São Francisco, concluiu-se pela conveniência da construção de um reduzido número de reservatórios, de porte grande e médio, a localizar em pontos adequados da bacia superior e do trecho submédio do São Francisco, este entre Sobradinho e Paulo Afonso.

Dentre esses reservatórios, destacou-se desde logo pela sua importância fundamental a enorme barragem de “Três Marias”, que viria a ser erguida no leito principal do Alto São Francisco, a montante de Pirapora, devendo aquêlê reservatório, graças à sua envergadura e à sua posição, repercutir decisivamente em todos os aspectos da economia regional e ao longo de toda a extensão do grande rio.

Efetivamente, a barragem de Três Marias, orçada (só a barragem) em 8 bilhões de cruzeiros, e projetada para um armazenamento da ordem de 22 bilhões de metros cúbicos, um remanso de cerca de 150 quilômetros, uma altura de barragem da ordem de 70 metros e uma capacidade de máquinas de 880 000 cavalos-vapor (520 000 kW), deverá ter como resultado:

- Eliminar as cristas das enchentes catastróficas;
- remediar a paralisia circulatória das estiagens, criando, ao inves, boas condições de navegabilidade, tanto para jusante quanto bem para montante;
- permitir a irrigação, por gravidade e bombeamento, de vastas terras marginais;
- produzir farta energia, a baixo custo, dentro de um raio de 350 quilômetros, numa região preparada para sua rápida absorção;
- beneficiar a usina de Paulo Afonso, proporcionando-lhe, pelo aumento das descargas mínimas, a elevação da sua potência, como aproveitamento a fio d'água, de 540 000 para 900 000 kW.

As principais etapas, no caminho da concretização desse grande empreendimento, já foram vencidas: o rio já foi desviado através da tubulação, já se encontrando o leito do rio ocupado em toda a sua extensão pelo maciço da

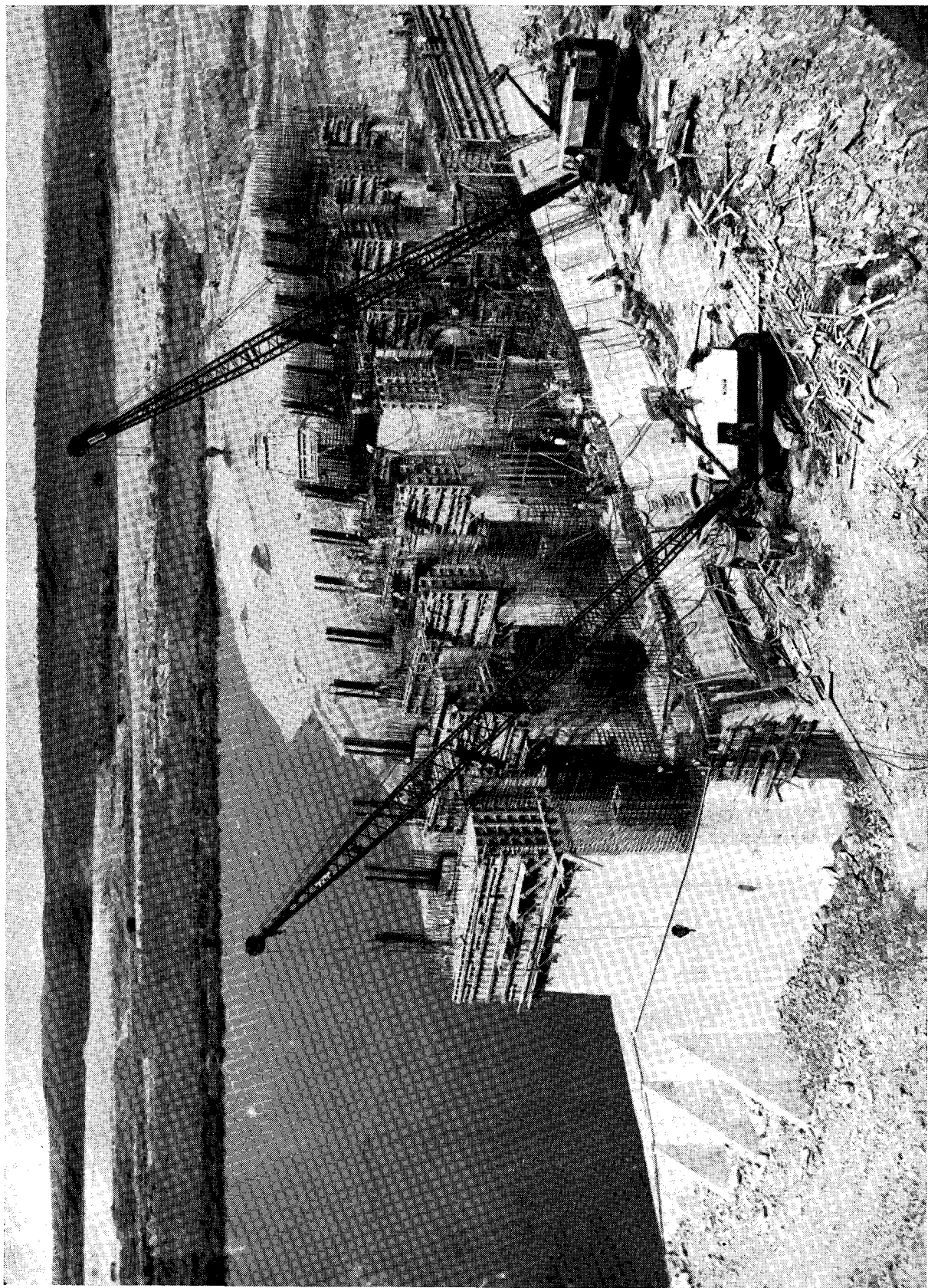


Fig. 3 — Uma vista da obra de Três Marias.

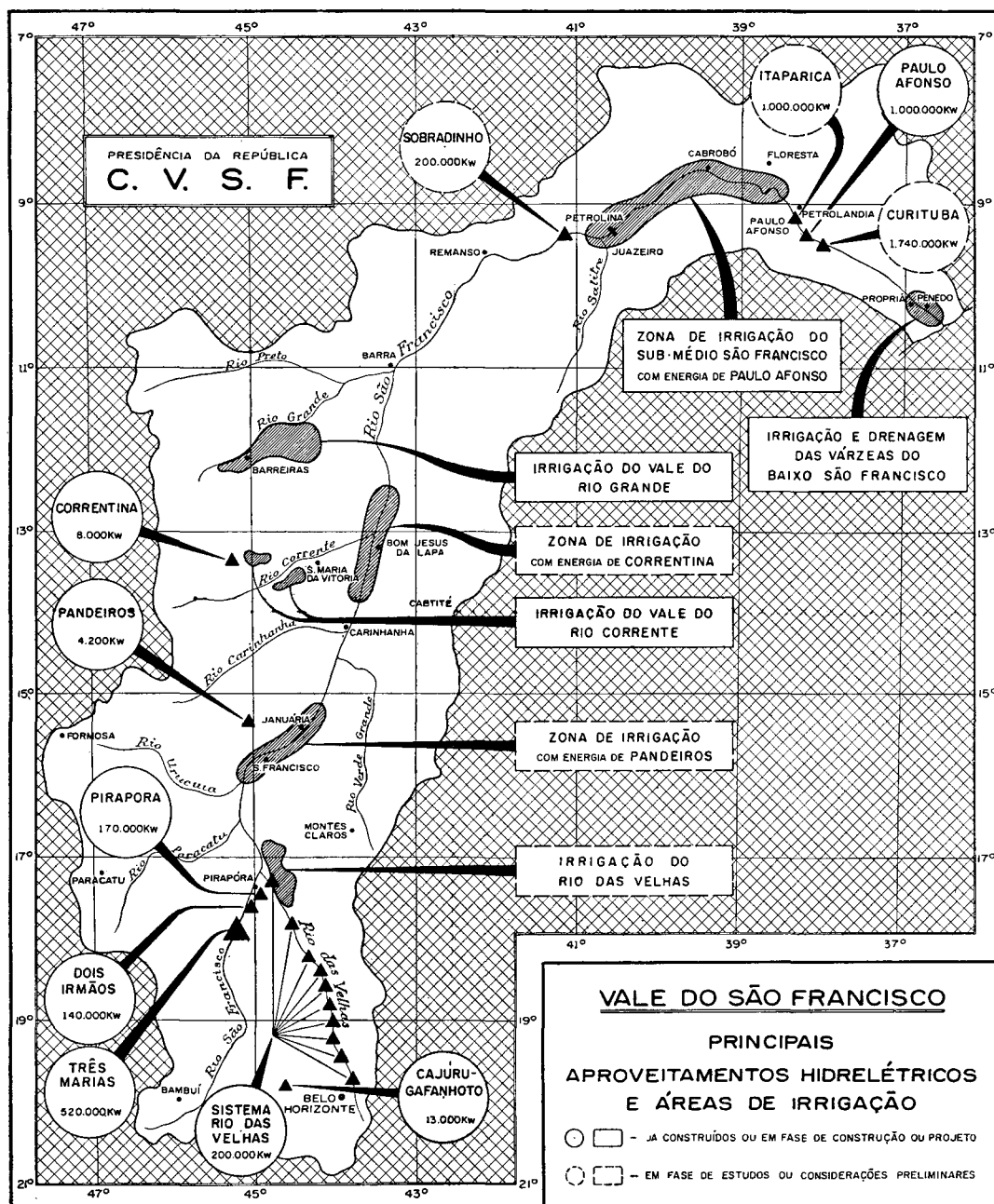


Fig. 4

barragem, cujo erguimento prossegue celeremente a ponto de indicar que, dentro da previsão inicial, poderá a conclusão da obra verificar-se antes do fim do ano de 1960.

*
* *
*

Enquanto se está processando com segurança a fase final da barragem de Três Marias, a CVSF já está voltando as suas vistas para a barragem de “Sobradinho”, a ser construída no leito principal do São Francisco, pouco a montante de Juazeiro, e que será a réplica nordestina de Três Marias.

Esse reservatório será a obra hidráulica fundamental do grande plano de "aproveitamento múltiplo do trecho do São Francisco a jusante do desnível de Sobradinho", onde se situa a região mais complexa da bacia, por assim dizer a sua área-problema, e cuja valorização racional terá profunda repercussão, não somente na parte do vale, longa de 800 quilômetros, que vai de Sobradinho ao oceano, mas também, por propagação, na região a montante do vale, e mesmo em todo o Nordeste do país.

3 — ENERGIA

No setor energia, considerado básico para o oportuno desenvolvimento industrial do vale e, desde logo, para a elevação do nível de conforto das suas populações, a Comissão vem cumprindo um vasto e multiforme programa.

Afora a grande central de Três Marias, com a potência de 520 000 kW, situada no Alto São Francisco, aquêle programa compreende:

- a) — a construção de algumas usinas hidrelétricas de "porte médio", sobretudo no Médio São Francisco;
- b) — a instalação de algumas dezenas de usinas de "porte reduzido", com as respectivas linhas de transmissão, sobretudo no Alto São Francisco;
- c) — a construção de linhas de transmissão, de alta e média tensão, para o transporte de energia dos sistemas CEMIG — no Alto São Francisco, e CHESF — no Médio-Baixo São Francisco;
- d) — a montagem extensiva, por todo o vale, de pequenos grupos diesel-elétricos, nos municípios em relação aos quais não se justifique o transporte de energia de origem hidrelétrica para o suprimento local.

Do programa acima descrito, complementado pelo mapa n.º 4, que indica as principais possibilidades de aproveitamentos hidrelétricos no vale, depreende-se a irrefutável vocação para a industrialização que caracteriza tanto o Alto como o Baixo São Francisco, onde há disponibilidade imediata ou próxima futura de abundante energia elétrica, e onde já constituem realidade, respectivamente, a barragem de Três Marias e a Central de Paulo Afonso.

4 — TRANSPORTES

A Comissão vem conferindo especial importância ao incremento dos transportes, sem os quais perderiam seu sentido as grandes realizações programadas para o vale com o fim de desenvolver a sua economia.

Certamente, o ramo de transporte de relevância fundamental é o fluvial — também é o mais complexo — cabendo, porém, indispensavelmente, suplementá-lo com um sistema rodoviário, que cubra racionalmente o vale, e ainda com uma rede de aeroportos e campos de pouso, que permita apressar a penetração do progresso na região.

a) — *Transporte fluvial*

No complexo problema do tráfego fluvial, tráfego êsse que, com o tempo, deverá estender-se, possivelmente, desde as proximidades de Belo Horizonte até a foz no oceano, a primeira meta é tornar perfeitamente navegável o trecho médio do São Francisco, de Pirapora a Juazeiro, e organizar em moldes racionais e modernos a frota fluvial.

Quanto a êste último ponto, o grande empreendimento objetivado é a organização da "Companhia de Navegação do São Francisco S/A", que encampará as quatro empresas antes existentes — duas particulares e as outras duas pertencentes respectivamente aos estados de Minas Gerais e Bahia.

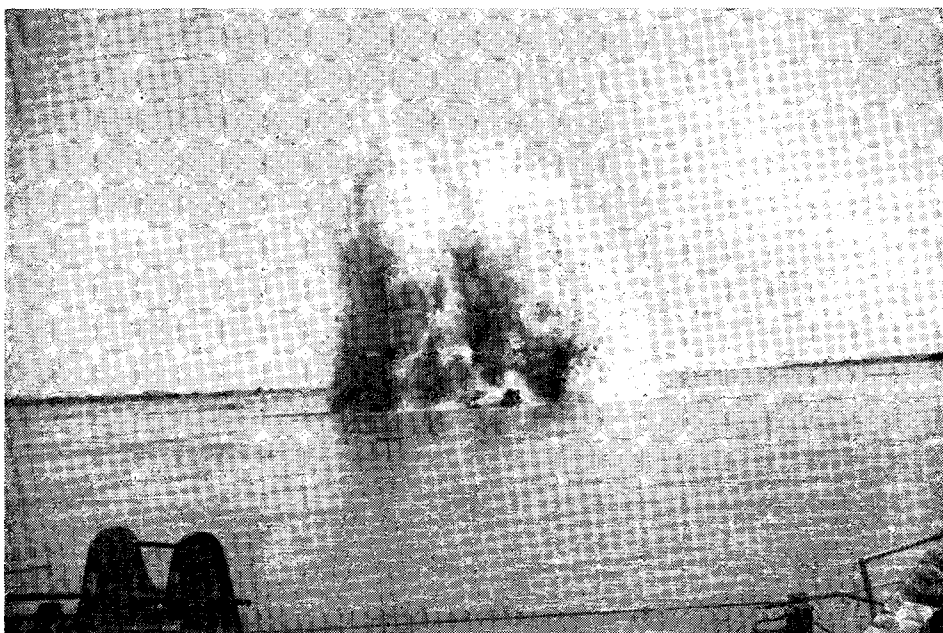


Fig. 5 — *Trabalhos de derrocamento no Submédio São Francisco.*

Enquanto se aguarda a constituição dessa nova sociedade de economia mista, a CVSF, através do seu Serviço de Navegação, sediado em Pirapora, vem administrando o acervo das duas empresas particulares, já desapropriadas, bem como o da “Navegação Mineira do São Francisco”, e prepara-se para também incorporar à sua administração, no decorrer do ano de 1960, a “Viação Baiana do São Francisco”.

Cabe lembrar que tal administração tem sido altamente deficitária, porque a CVSF, em virtude da legislação vigorante, se vê impossibilitada de apelar para qualquer um dos dois recursos racionais indicados: *reajustamento dos fretes*, que são deveras irrisórios, e *redução das tripulações*, que são grandemente exageradas.

Reside aí a explicação do malôgro involuntário — mas inevitável dentro do alcance da sua autoridade — que a CVSF está sofrendo no setor do tráfego fluvial.

* *

Simultaneamente, vem a CVSF desenvolvendo um vasto programa de serviços de melhoramento das condições de navegabilidade do Médio São Francisco — tais como balizamento, dragagem, derrocamento e limpeza do leito e margens — afora o complexo problema da desobstrução da barra do São Francisco, que a Comissão pretende enfrentar a partir do ano de 1960.

* *

Finalmente, a CVSF concluiu praticamente a primeira fase do seu programa de obras de proteção e acostagem, compreendendo os portos de Pirapora, Januária, Lapa, Curaçá, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Petrolina, Propriá, Penedo e Piaçabuçu, sendo seu propósito modernizar as respectivas instalações portuárias à medida que a intensidade do tráfego o fôr aconselhando.

b) — *Transporte rodoviário*

A CVSF está empenhada na execução de um extenso programa rodoviário, em convênio com os governos dos estados que participam da bacia do São Francisco.

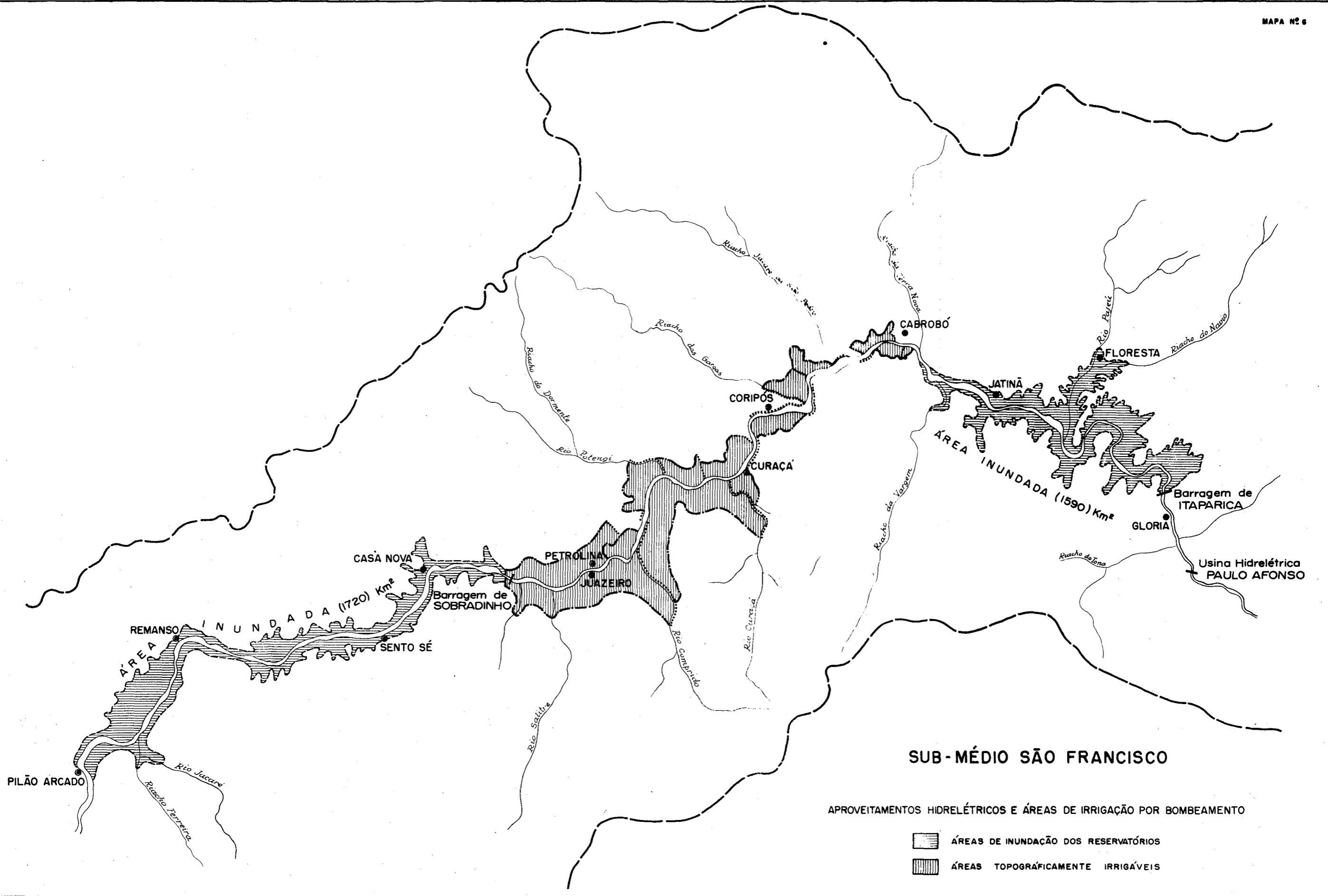


Fig. 6

Dêsse programa, que compreende 17 estradas-tronco, num total de aproximadamente 2 800 quilômetros de extensão, cerca de 1 300 já estão concluídos, 700 estão em várias fases de execução e 800 restam a atacar.

Afora essas estradas-tronco, destinadas a promover a ligação aos principais centros de distribuição e consumo, a Comissão vem construindo diretamente uma rede de estradas secundárias, intermunicipais e interdistritais, já ultrapassando a 500 a quilometragem executada.

c) — *Transporte aéreo*

Enquanto tarda o progresso dos transportes fluvial e rodoviário, a CVSF vem promovendo o melhoramento dos campos de pouso existentes no vale e a construção de novos campos auxiliares, sendo, atualmente, superior a 40 o número dos aeroportos e campos de pouso mantidos pela Comissão.

Tais medidas visam não apenas a apressar a penetração do progresso na região como a facilitar à própria CVSF a execução dos seus trabalhos.

5 — IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

O aproveitamento de extensas áreas do vale do São Francisco para o estabelecimento de uma agricultura intensiva, graças à construção de grandes sistemas de irrigação e à recuperação racional de várzeas, é um dos objetivos essenciais da Comissão.

No mapa n.º 4, são indicadas as principais possibilidades de irrigação e recuperação de áreas no vale.

a) — *Irrigação*

O primeiro empreendimento dêsse gênero — já projetado aliás — deverá ser a execução do sistema de irrigação por gravidade à margem direita do rio Grande, na Bahia (municípios de Barreiras, Angical e Cotejipe).

Trata-se de uma obra de vastas proporções, destinada a irrigar na sua fase final uma área superior a 60 000 hectares, cujo custo total é estimado em alguns bilhões de cruzeiros.

Por isso mesmo e porque é necessário contar previamente com uma eficiente rede de transportes para escoamento da produção, e ainda porque cabe primeiramente familiarizar os lavradores com a técnica da irrigação e prepará-los metódicamente para a agricultura moderna, a Comissão adotou a política prudente de, inicialmente, executar, na referida região do rio Grande, uma etapa experimental, compreendendo um canal de pequenas dimensões, longo de 40 quilômetros e distanciado a irrigar apenas 2 000 hectares.

O respectivo projeto, incluindo canais de distribuição e de escoamento, bem como o sistema viário interno, já está elaborado, tendo sido dado começo à execução das obras.

* *

De par com o início do sistema irrigatório do rio Grande, a CVSF está, no momento, concentrando suas atenções em outro projeto — o da irrigação por bombeamento das terras marginais do São Francisco numa extensão de 450 quilômetros entre Juazeiro e Paulo Afonso, de molde a criar, progressivamente, nos estados da Bahia e Pernambuco, uma enorme faixa verde ao longo do citado trecho do rio, em pleno âmago da região mais árida do país (veja mapa n.º 6).

Trata-se, como visto, de uma realização de grande envergadura, para a qual a Comissão vem se preparando desde 1953, mediante um sistemático levantamento de dados básicos (aerofotogrametria, hidrologia e pedologia), cujo acervo já é suficiente para que se passe, no decorrer do ano de 1960, à fase de projeção das obras irrigatórias.

b) — *Drenagem*

Neste setor, a CVSF vem dando execução a um vasto programa que visa recuperar amplas várzeas no Baixo São Francisco (rios Itiuba, Boacica e Marituba — em Alagoas, e Betume, Propriá, Cotinguiba, Gararu, Cedro e Canhoba — em Sergipe), de modo a permitir o aproveitamento agrícola racional de várias dezenas de milhares de hectares.

No momento, a Comissão está concentrando as suas atenções nas várzeas de Propriá e Itiúba, abrangendo um total de 6 000 hectares, para os quais, além da drenagem, será previsto um sistema de irrigação.

6 — SAÚDE

a) — *Serviços básicos de saneamento*

Neste setor, a CVSF, além de ter instalado e estar instalando, inteiramente à sua custa, serviços de água em algumas das principais cidades do vale (Pirapora, Januária, Matozinho, Pedro Leopoldo, Lapa, Barra, Jacobina, Palmas do Monte Alto, Juazeiro, Petrolina, Delmiro, Pão de Açúcar, Propriá e Penedo), vem cooperando, técnica e financeiramente, com cerca de 200 municípios na instalação ou melhoramento de sistemas de abastecimento d'água, pretendendo estender em breve tal benefício aos 50 municípios restantes do vale.

b) — *Perfuração de poços*

De par com êsses serviços de abastecimento d'água para núcleos urbanos, a CVSF vem executando um largo programa de perfuração de poços tubulares para suprimento de água às populações rurais, a começar pelas regiões mais carentes nos estados da Bahia e de Pernambuco. Já atinge a 25 o número de poços instalados pela Comissão, sendo de 88 o total de poços a cargo da Comissão, integral ou parcialmente.

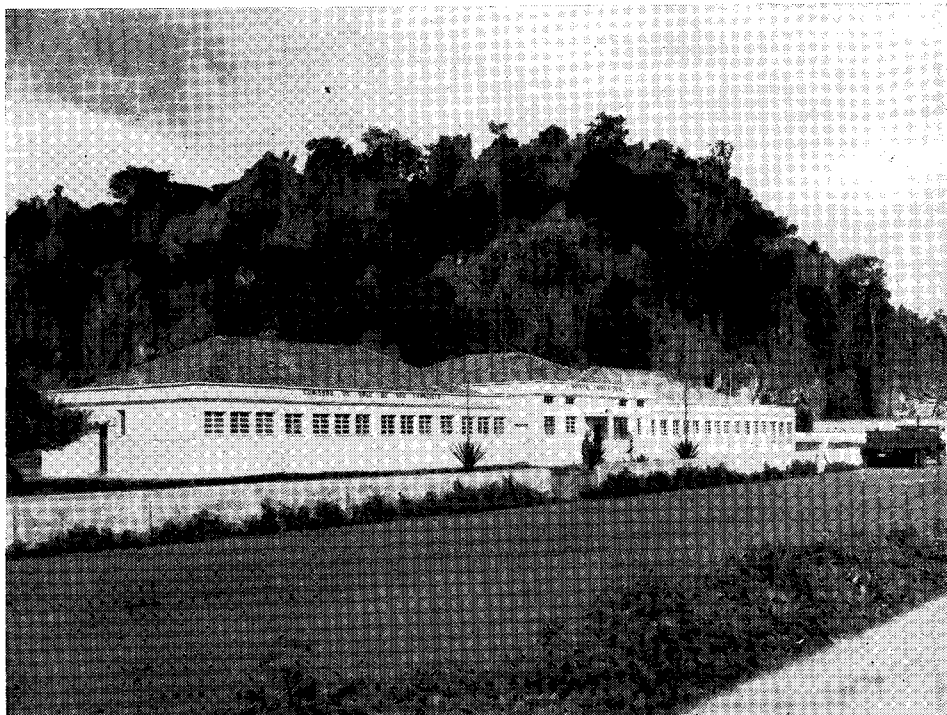


Fig. 7 — Um dos 20 hospitais mantidos pela Comissão do Vale do São Francisco.

c) — *Assistência médico-sanitária*

A CVSF, em convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública, vem proporcionando serviços de assistência médica, medicina preventiva, educação sanitária, higiene e assistência dentária, através de 20 hospitais e 47 unidades sanitárias, assim distribuídas:

Hospitais — Pirapora, Bocaiuva, Montes Claros, São Francisco, Januária, Paracatu, Bom Jesus da Lapa, Barra, Juazeiro (dois), Petrolina, Paulo Afonso, Floresta, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri, Sertânia, Penedo, Pão de Açúcar e Propriá.

Unidades sanitárias — Buenópolis, São Romão, Manga, Coração de Jesus, Porapora, Angical, Carinhanha, Correntina, Casa Nova, Curaçá, Xiquexique, Barra, Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Ibipetuba, Igaporã, Juazeiro, Paratinga, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Belém do São Francisco, Cabrobó, Floresta, Petrolina, Petrolândia, Ouricuri, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Igreja Nova, Piaçabuçu, Piranhas, Pôrto Real do Colégio, Penedo, São Brás, Traipu, Aquidabã, Brejo Grande, Canhoba, Gararu, Itabaianinha, Japarutuba, Japoatã, Muribeca, Neópolis, Pôrto da Fôlha e Propriá.

d) — *Doenças transmissíveis*

Mediante convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, a CVFS vem dando combate sistemático à malária — já em via de erradicação — ao mesmo tempo que vem empregando recursos, em caráter supletivo, nos serviços contra o tracoma, a doença de Chagas, a esquistossomose e a brucelose.

7 — DESENVOLVIMENTO CULTURAL

No domínio da recuperação do homem, embora venha dando tôda a prioridade à elevação do nível de saúde da população, nem por isso a CVSF tem descurado do seu desenvolvimento cultural.

Assim é que a Comissão, por intermédio da dioceses sanfranciscanas de Barra, Caiteté, Petrolina, Senhor do Bonfim, Pesqueira, Afogados da Ingazeira, Montes Claus, Sete Lagoas, Januária, Aracaju e Penedo, vem promovendo, com recursos substanciais trabalho de natureza educacional e assistencial de notável expressividade, incluindo a divulgação de práticas relativas à pequena agricultura e ao ensino técnico-profissional.

Mantém ainda a Comissão em Pôrto Real do Colégio, mediante acôrdo com o Ministério da Agricultura, uma escola de arador-tratorista e outra de economia doméstica, e auxilia, financeiramente, cerca de trinta ginásios, escolas normais e outros educandários, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco, uma escola agrícola em Minas Gerais, um patronato agrícola em Pernambuco, dois artesanatos, e custeia a manutenção de 18 escolas primárias e um grupo escolar, nas colônias de Paracatu, Formoso e Petrolândia.

8 — DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

a) — *Fomento da produção vegetal e animal*

Enquanto aguarda o advento dos grandes sistemas de irrigação, a CVSF vem adotando substancial programa de fomento direto e multiforme da produção agropecuária, programa êsse de caráter extensivo e de efeitos palpáveis imediatos.

O programa em questão é levado a efeito sobretudo através de 11 residências agrícolas, 9 postos de veterinária e 7 postos de assistência à irrigação, convenientemente distribuídos pelo vale, afora 3 grandes colônias agropecuárias: Paracatu — Formoso — Petrolândia (veja mapa n.º 1); e, como eficiente agente financia-



Fig. 8 — Cultura da cebola no Submédio São Francisco.

dor, que facilita aos agricultores e criadores da região a aquisição de materiais e equipamentos, funciona a Carteira de Revenda da CVSF.

O programa inclui as seguintes medidas:

1) *Fomento e defesa da agricultura* — Compreende a distribuição de sementes selecionadas, a defesa das culturas contra pragas e moléstias e o incremento da lavoura. Papel saliente é desempenhado pela mecanização da lavoura, que vem possibilitando um amplo crescendo da



Fig. 9 — *Cultura de alho no Submédio São Francisco.*



Fig. 10 — *Viticultura no Submédio São Francisco.*



Fig. 11 — Pequena irrigação (moto-bomba) no Submédio São Francisco.

produção agrícola, à qual estão se incorporando ultimamente, graças ao impulso da irrigação, a viticultura e a pomicultura.

Assim, a parte mais árida da região sanfranciscana, que nada produzia, possui hoje uma fonte de riqueza baseada na exploração da agricultura, que se vai expandindo de modo a incluir, além das culturas fundamentais da cebola e do alho, várias outras, tais como a da bananeira, da videira, do algodão e do tomateiro.

No Baixo São Francisco, o fomento da cultura do arroz é uma magnífica realidade, que se traduz pelo aumento enorme da produção.

Tudo isso decorre da implantação da mecanocultura, aliada à irrigação e complementada pela construção de inúmeros pequenos açudes. São cerca de 200 tratores distribuídos pelas residências agrícolas e 1200 bombas assistidas pelos postos de irrigação que respondem pelo êxito alcançado.

II) *Fomento e defesa da pecuária* — Compreende a introdução, em larga escala, de raças finas e melhoradas, a fixação e a difusão de variedades apropriadas de plantas forrageiras, e ainda a vacinação sistemática dos animais contra as moléstias que incidem sobre os rebanhos.

b) — *Fomento da produção mineral*

Embora discretamente, a CVSF já vem prestando ajuda a algumas empresas que exploram depósitos minerais no vale. Tal assistência se tornará mais efetiva à medida que forem chegando a termo os trabalhos, a serem iniciados em 1960, de prospecção completa das principais ocorrências de minerais no vale, com vistas à avaliação da sua importância econômica.

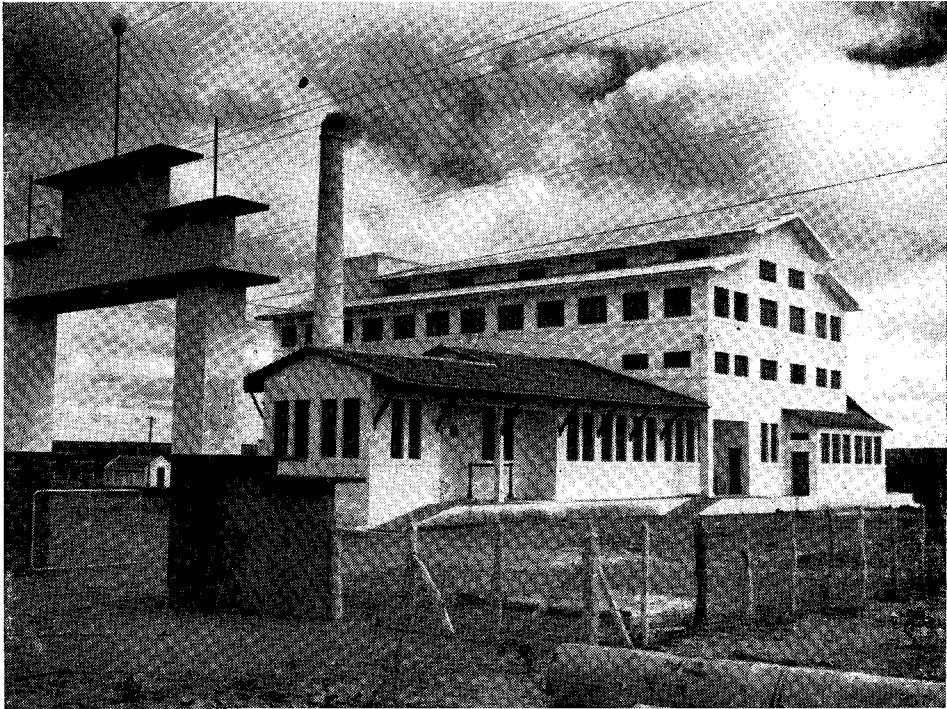


Fig. 12 — Usina de beneficiamento de arroz, em Petrolândia.

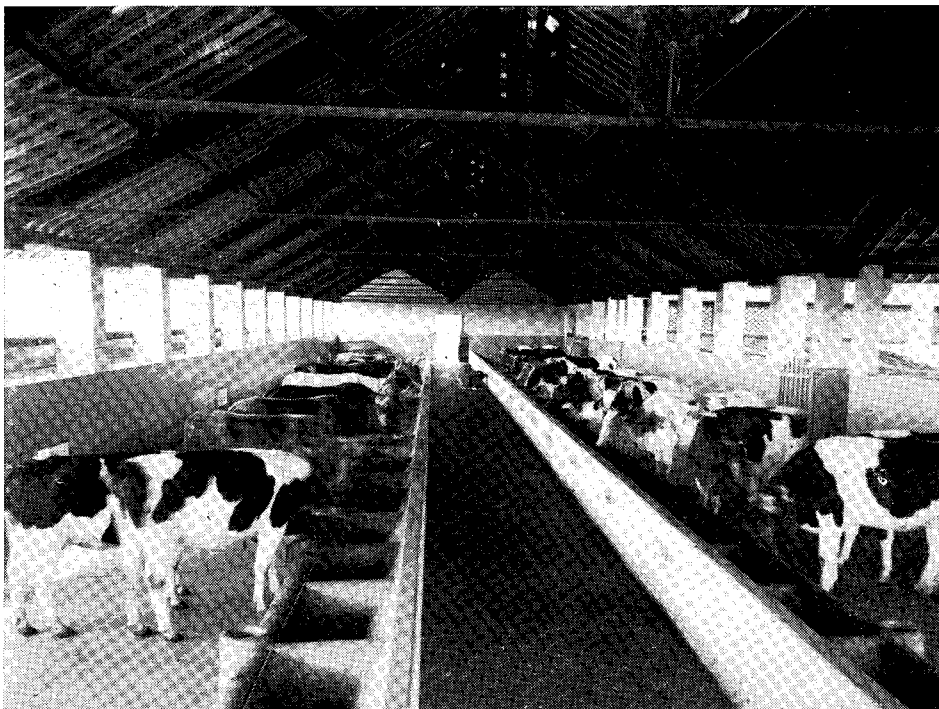


Fig. 13 — Gado holandês estabulado, no Submédio São Francisco.

c) — *Fomento da produção industrial*

Por diversos motivos, a CVSF, até o presente, não dedicou maiores esforços em prol do desenvolvimento da indústria no vale.

Não somente ainda não estavam concluídos os levantamentos dos recursos da região e estudadas as suas potencialidades materiais de desenvolvimento, nem havia suficientes recursos energéticos na maior parte do vale, como, principalmente, não estavam os homens da região preparados — do ponto de vista do seu estado sanitário e seu nível educacional — para se adaptarem às exigências da industrialização.

Em tais condições, a CVSF achou prudente postergar a industrialização, dando prioridade a um programa de modernização agrícola e de melhoramento da infra-estrutura material e social.

Agora, entretanto, a Comissão considera que é tempo de voltar as vistas ao problema. Vários levantamentos já estão adiantados e o dos recursos minerais está para ser atacado; o nível sanitário e cultural vem se elevando razoavelmente; as fontes de energia estão se multiplicando (Três Marias — no Alto São Francisco; Paulo Afonso, em ampliação — no Baixo São Francisco; e Pirapora, Pandeiros, Correntina, Bonfim e Juazeiro — na bacia média); as vocações das diversas regiões do vale em face da industrialização estão praticamente definidas (Alto São Francisco — grande indústria; Baixo São Francisco — grande indústria privilegiada, pois, além da abundância de energia e água, existe ali a possibilidade de acesso à navegação oceânica; Médio São Francisco — pequenas indústrias de beneficiamento e de transformação de produtos agrícolas, principalmente alimentares).

Assim sendo, pretende a CVSF promover, já a partir de 1960, o planejamento da industrialização do vale, e, em conseqüência, orientar a implantação de indústrias, inclusive cooperando mediante a elaboração dos respectivos estudos e projetos e a eventual participação na sua instalação.

IV — FATORES REGIONALISTAS NAS REALIZAÇÕES DA CVSF

Muito embora as realizações de menor porte, promovidas pela Comissão, cubram razoavelmente toda a área do vale, é inegável que a sua densidade não é uniforme, havendo zonas mais aquinhoadas que outras. E é de se admitir que tais desigualdades sejam devidas, em parte, a influências regionais legítimas que, todavia, não passam de uma simples variação do grau de empenho dos respectivos políticos — prefeitos municipais e parlamentares — sobretudo por ocasião da feitura da Lei Orçamentária.

Entretanto, no que toca às realizações de grande porte e de importância fundamental, as referidas influências políticas, de caráter regional, inexistem por completo. Paradoxal embora, é justamente a respeito dos grandes empreendimentos, e não dos pequenos, que têm sido esboçadas suspeitas de existência de fatores exógenos, calcados em interesses regionais (parte sul do vale versus parte norte).

Justifica-se, assim, maior esclarecimento do assunto mediante um exemplo expressivo.

*
* *

Entre as realizações de grande porte, programadas pela CVSF, duas se têm destacado invariavelmente pela sua máxima essencialidade:

a) uma — referente ao “domínio da água”, com o que se conseguiria disciplinar o rio São Francisco e assim estabilizar a ocupação econômica da sua bacia; a solução desse problema veio a ser a construção do vultoso reservatório de Três Marias, na região de transição do alto para o médio vale;

b) a outra — concernente ao “aproveitamento múltiplo do trecho do São Francisco a jusante do desnível de Sobradinho”, onde, conforme já dito, se situa a região mais complexa da bacia, por assim dizer a sua área-problema.

Nessa região, mais precisamente entre Juazeiro e Paulo Afonso, que é, aliás, a mais árida do país, existe uma particularidade significativa: tanto será possível atrair para ela — em busca das terras, a serem irrigadas nas margens do São Francisco, ou das indústrias, a serem ali instaladas — grandes contingentes de nordestinos que, entretanto, não deixariam o seu “habitat”, quando, por outro lado, será igualmente possível em sentido contrário, encaminhar uma grande parte da energia elétrica, e mesmo das águas do São Francisco, para fora do vale, com o fim de industrializar e irrigar terras distantes, no Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

* * *

Os dois empreendimentos básicos acima referidos afiguravam-se ambos de magnitude ciclópica, e não seria possível focalizá-los simultaneamente, cabendo optar por uma alternativa.

Acabou a Comissão dando preferência cronológica ao São Francisco Superior, onde fêz implantar a grande barragem de Três Marias, embora, num julgamento restrito, pudesse o Médio-Baixo São Francisco apresentar-se como mais carente de progresso.

Militaram a favor daquela prioridade exclusivamente razões de ordem técnica, as quais passam a ser explicitadas com o fim de se retirar qualquer consistência a interpretações oriundas de suspeitas regionalistas:

- a) A concepção da solução (Três Marias) era mais simples, porquanto concentrada principalmente no domínio da hidreletricidade;
- b) a própria quantidade e diversidade de estudos e levantamentos básicos a realizar era menor;
- c) era inegável o caráter primordial do controle da água, que deveria permitir a eliminação das grandes enchentes e proporcionar melhores condições de navegabilidade durante todo o ano no longo trecho de Pirapora a Juazeiro; em outros termos — o empreendimento viria disciplinar o rio e assim estabilizar a ocupação econômica da bacia;
- d) o grande reservatório que teria de ser construído para a regularização do regime do São Francisco (e que foi localizado em Três Marias) ofereceria farta produção de energia numa região dela carente, podendo absorvê-la rapidamente e, assim, compensar o grande capital invertido na construção da barragem propriamente dita;
- e) o planejamento do Submédio São Francisco era infinitamente mais complexo e requeria vários anos de exaustivos estudos e levantamentos prévios, por equipes altamente especializadas (levantamentos aerofotogramétricos, estudos topográficos, hidrológicos, geológicos, ecológicos, pedológicos, climatológicos, hidrogeológicos, econômicos e muitos outros);
- f) no Submédio São Francisco, não poderia haver de imediato aproveitamentos hidrelétricos que compensassem os gastos, desde que a central de Paulo Afonso já oferecia sobras de energia.

Nesta altura, entretanto, quando, por um lado, a construção da barragem de Três Marias já está alcançando o seu termo e, por outro lado, a parcela mais importante do Submédio São Francisco já está com os seus levantamentos aerofotogramétricos em fase de conclusão, é chegada a ocasião de se empreender o planejamento e aproveitamento definitivos da região do vale entre Sobradinho e o oceano, tarefa essa a que, aliás, a Comissão já deu início no final do ano de 1959.